



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

CRÉDITO RURAL (2000-2009): PERFIL E DISTRIBUIÇÃO

**Herberth Lima dos Santos** (UFRN) - herberthlima@gmail.com

*Mestrando, Pós-graduação em Economia*

## **1. INTRODUÇÃO**

A literatura econômica clássica e a experiência histórica mostram que o crescimento da riqueza das nações implica em transformações setoriais nas quais se destacam: “a participação decrescente da agricultura no produto interno bruto aos demais setores e a redução da proporção do emprego agrícola no emprego total” (GASQUES e CONCEIÇÃO, 2001, p.19).

Os dados prévios do Censo 2010 divulgados pelo IBGE mostram que o “Brasil de 2010 é ainda mais urbano do que o de dez anos atrás. As cidades abrigam 84,3% da população, hoje, contra 81,2%, em 2000. Em 1940, apenas 30% habitavam aglomerados urbanos” (FOLHA, 2010, p.2). Seguindo essa tendência o Brasil rural tenderia a desaparecer ou ser dado residual no contexto demográfico e assim torna-se-ia num objeto exótico de investigação científica. Veiga (2001) contesta o recorte urbano/rural vigente no país, procurando demonstrar que a rede urbana corresponde a uma proporção muito menor do que aquela que se supõe na estatística oficial.

A despeito desse debate metodológico, o fato é que o dado mais conservador indica que 20% da população ainda se encontra no ambiente rural, proporção que num país continental, em valores absolutos, ainda representa contingente populacional significativo e que, portanto, não pode ser desconsiderado ao tratarmos do tema do desenvolvimento, que na sua acepção mais pura implica em melhoria do bem-estar de toda a população. Ademais, não se ignore as articulações entre a produção rural e a vida urbana.

Este trabalho toma como ponto de partida a hipótese de que não há desenvolvimento sem financiamento e que esse dá prioritariamente através do Estado, logo, a política pública de crédito define as prioridades, ou ainda, delimita que opção deve ser trilhada para alcançar o objetivo final. Nesse sentido a parte dois reflete as discussões sobre o desenvolvimento rural. No terceiro capítulo discute-se a atuação do sistema financeiro e suas implicações para o desenvolvimento regional. A parte quatro faz um breve histórico do crédito rural no Brasil e apresenta os dados referentes aos últimos anos (2000-2009). Finalmente, na conclusão procura-se integrar essas discussões a fim de que se possa perceber que opção de desenvolvimento a política de crédito rural sugere que está sendo posta em prática.

## **2. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

Na introdução foi exposto que uma das tendências do processo de crescimento econômico é a queda na participação do setor primário frente aos demais setores produtivos (indústria e serviços). Nessa perspectiva, o rural e o agrícola representariam a mesma coisa e à ambos associava-se a ideia de atraso, débil infra-estrutura e isolamento, por outro lado,

o urbano representaria todos aqueles elementos que característicos do desenvolvimento: dinamicidade, concentração de serviços, indústrias, infra-estruturas, mobilidade social etc. (PONTE, 2004). Mas o rural e a agricultura do início do século XX sofreram transformações e já não são mais os mesmos, destacam-se: a penetração da indústria no meio rural, a modernização da agricultura, redução das diferenças culturais entre campo e cidade (KAGEYAMA, 2004).

Um nova concepção do rural passou a exigir a necessidade de distinção entre o que é rural e o que representa o agrícola. Segundo Veiga (2001), o desenvolvimento de regiões rurais não depende do desempenho da agricultura desses espaços. Na realidade, segundo essa visão os locais predominantemente agrícolas tiveram pouca repercussão sobre o dinamismo regional, o que não significa a inexistência de atividades agropecuárias, mas a afirmação da necessidade de diversificação das mesmas pois impulsionam a diversificação da economia local. Nesse caso, o setor terciário tenderia a ser mais decisivo nessas economias rurais dinâmicas.

Procurando esclarecer os conceitos de agrícola e rural, Graziano da Silva (2001) afirma que aquele corresponde a um setor da economia ligado fundamentalmente à criação de animais ou cultivo de plantas. Por sua vez, o rural é um espaço, no qual pode se desenvolver atividades agrícolas tanto quanto qualquer outro tipo de produção. Portanto, os setores secundário e terciário não podem ser compreendidos como se fossem de origem exclusivamente urbana.

As posições defendidas por Veiga (*op.cit.*) aponta duas propostas opostas voltadas para o campo. A primeira identificada com o agronegócio que se traduziria em termos microeconômicos em minimização de custos de produção, aumento da produtividade via especialização e maximização da competitividade, que seria, inclusive, o fator de expulsão de trabalhadores agrícolas para outros setores. A segunda alternativa seria representada pela agricultura familiar, que manifestaria-se como o espaço da diversificação e da pluriatividade. Somente nesse caso maximizaria-se o desenvolvimento humano em “todas as mesorregiões brasileiras...e no maior número possível de microrregiões” (VEIGA, *op.cit.*, p.5). Graziano da Silva (*op.cit.*) rebate essa dicotomia indicando que a “modernização ecológica” não pode ser promovida por produtores que já foram excluídos quando da primeira etapa da modernização da agricultura brasileira.

Mas ambos concordam quanto a necessidade que qualquer que seja a agenda de modernização adotada o princípio que deve norteá-la deve ser o combate a pobreza e a desigualdade. Não por acaso Graziano da Silva (*op.cit.*) recupera a ideia de “transformação do social na essência do desenvolvimento econômico”, com a qual pretende apontar para a necessidade de geração de oportunidades para todos os excluídos e Veiga (2002) chama atenção para não o fato de que não se pode esperar que o crescimento erradique a pobreza

mas sim que a erradicação da pobreza possa ajudar no processo de crescimento econômico.

A partir desses conceitos o debate recai nas estratégias a serem adotadas, nesse ponto as divergências se acentuam. Para Veiga (*op.cit.*), a viabilidade da estratégia de desenvolvimento rural, fenômeno intrinsecamente local e regional, deve ter como base o fortalecimento da agricultura familiar. Porém ressalta a necessidade de elaboração de um plano que ultrapasse os limites de políticas fundiárias/creditícias, defendendo a construção de um novo desenho institucional para o desenvolvimento rural no Brasil.

Esse arranjo institucional deveria compreender uma articulação entre os municípios a fim de compreender seus problemas, procurando valorizar seus territórios, fornecendo os meios necessários, mais do que recursos financeiros, para alavancarem seu desenvolvimento. Nesse contexto, o ente federal deve dar o pontapé inicial estimulando a empreitada através dos seus órgãos de planejamento, supõe-se que as iniciativas a longo prazo se autofinanciaram. Essa construção Veiga (*op.cit.*) denominou contrato territorial de desenvolvimento.

Parte da crítica inicial a esse esquema é feita por Graziano da Silva (*op.cit.*) ao apontar ao fato de que esse desenho institucional traz implícita a exclusão do urbano. Outra concepção criticada é ao esforço de endogeneização implícito numa proposta de desenvolvimento rural ou local. Ademais considera que é uma perda de tempo esse esforço de delimitação sobre o que venha a ser definido como rural ou urbano já que o objetivo seria integrar cidades às áreas rurais à sua volta. A própria noção de urbano é revisitada correspondendo nessa visão a ideia de “tornar civilizado”, ou mais precisamente, como dotar as regiões de baixa densidade dos instrumentos que satisfaçam a plena constituição da cidadania. Nos espaços rurais surgem novas demandas até então características do que se convencionou chamar de “urbano” como, por exemplo, a delimitação de áreas industriais, as áreas de moradia e aquelas destinadas a preservação ambiental (BLAKELY e BRADSHAW, 1985 *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.4).

Desse modo, a emergência de novas questões relativas ao território rural deve ser levada em consideração na formulação das políticas públicas, que especificamente devem ter cinco eixos: “desprivatização” do espaço rural, contemplando inclusive a reforma agrária mas indo além disso; urbanização do meio rural, fornecimento de infra-estrutura básica e serviços urbanos; geração de renda e ocupações agrícolas e não-agrícolas, promoção de reinserção das famílias rurais em novos segmentos produtivos; políticas sociais compensatórias e reordenamento político-institucional (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Ao debate sobre os rumos da agricultura soma-se a contribuição de PLOEG (2008), que resgata o conceito de campesinato, procurando superar a perspectiva de modernização presente nas elaborações teóricas e nas políticas públicas voltadas ao campo, propõe-se a

constituição de novo paradigma que deve incluir “a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais” (PLOEG, 2000 *apud* KAGEYAMA, 2004, p.3).

A retomada dessa discussão sobre o campesinato ocorre num contexto em que o padrão de acumulação vigente gera desemprego no campo e na cidade e, ainda, numa estrutura de produção agrícola na qual três arranjos são considerados: a produção capitalista, a agricultura empresarial e a camponesa. Ploeg (2008) sugere que a superação desse ambiente estaria na geração de condições que promovam o desenvolvimento da agricultura camponesa.

As três trajetórias de desenvolvimento apontadas (capitalista, empresarial e camponesa) constituem uma segmentação que, embora possam ter alguma sobreposição, não deixa de apresentar características distintas que afetam conforme essas diferenças “a magnitude do valor agregado, sua redistribuição, bem como a natureza, qualidade e sustentabilidade dos processos de produção e os alimentos que resultam desses processos” (PLOEG, 2008).

A agricultura capitalista está associada ao modelo agro-exportador, nesse caso a relação salário-trabalho é determinante (PLOEG, 2009). Dentro de uma perspectiva brasileira o êxito desses produtores medido por sua produtividade e saldos comerciais do setor parece sugerir que o futuro está aqui. A lógica da maximização do lucro é fundamental para esse tipo de produção, o que pode implicar segundo interpretação nossa em concentração e exploração.

A distinção entre agricultura empresarial e a produção camponesa pode ser apreendida na forma como cada qual relaciona-se com a natureza, uma afastando-se porque utiliza-se de insumos artificiais em substituição aos recursos naturais, a outra baseada na natureza viva, no “capital ecológico”. A primeira industrializa-se, está associada e torna-se dependente do capital financeiro. A agricultura camponesa “não é adepta do produtivismo...produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção...está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais” (FERNANDES, 2004, p.3) e se constitui como elemento de forte “contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral.” (PLOEG, 2009, p. 17).

De modo geral, a produção agrícola se dá num contexto de dependência, o que naturalmente se constitui num ambiente hostil para a agricultura camponesa. Esse esquema decorre do poder exercido pelo agronegócio através de mecanismos de intimidação, coerção, típicos do exercício da hegemonia, contando inclusive com o poder de enquadramento exercido pelo Estado. A conquista de autonomia será decorrente da capacidade desses produtores criar e desenvolver uma base de recursos sob controle

interno. Esses recursos podem ter uma forma material (terra, canais de irrigação, etc) ou social (conhecimento, redes, força de trabalho). Se a gestão da base de recursos permite a obtenção de independência também garante a existência de co-produção, compreendida como a capacidade de interação/transformação da natureza promovendo melhorias qualitativas dos recursos, inclusive os sociais, o que, por sua vez, permitiria a ampliação da autonomia. O padrão de relações estabelecidas com o mercado externo também reforçará a autonomia da produção desde que a capacidade de decisão esteja sob o controle do campesinato garantido práticas de maior flexibilidade e mobilidade em relação aos mercados (PLOEG, 2008).

Em síntese, a visão Graziano da Silva procura valorizar o não agrícola como estratégia para o desenvolvimento rural; enquanto Veiga chama atenção para o papel dinamizador da agricultura familiar e a sua decorrente diversificação. Percebe-se que a natureza deixa de ser apenas um cenário na retomada do conceito de campesinato, que aproxima-se das proposições de Veiga, que contrapõem o agronegócio à agricultura familiar. No contexto deste trabalho está subentendido que qualquer que seja a estratégia adotada, ela estará implícita no perfil da distribuição do financiamento ao meio rural. Compreende-se que a questão do crédito corresponde apenas a uma parcela de qualquer política voltada a promoção do desenvolvimento rural. No entanto, a demanda das demais necessidades nos parece exigir a prévia existência de recursos financeiros.

## **2. CRÉDITO E A QUESTÃO REGIONAL**

Embora o papel da moeda não seja consensual entre as distintas correntes da teoria econômica, uma nova contribuição a essa discussão tem sido alvo de esforço recente na discussão do desenvolvimento regional. Trata-se basicamente de mostrar que as condições financeiras e a moeda tem um papel fundamental a desempenhar no tocante a geração de trajetórias de crescimento divergentes.

Conforme hipótese, a opção pelo desenvolvimento implica na constituição de uma estrutura de financiamento que, em algum grau, garanta a sustentabilidade das taxas de crescimento. No entanto, o sistema financeiro privado no Brasil se furtou em fornecer no volume e condições “ideais” crédito destinado a alavancar o crescimento de longo prazo (ALVES Jr., 2002 *apud* MENEZES *et al.*, 2007). Nesse sentido, a análise da oferta de crédito e o papel desempenhado pelo Estado, em última instância, a quem caberia impedir que o sistema bancário aprofunde as desigualdades, assume especial relevância (MENEZES *et al.* 2007).

De modo geral, a literatura da ciência regional concentrou-se nos aspectos históricos-estruturais, negligenciando as possibilidades de geração de desigualdades a partir

de diferentes graus de desenvolvimento do sistema financeiro. Esse desinteresse poderia se justificar tendo em vista a hipótese de neutralidade da moeda no longo prazo, segundo a visão ortodoxa da teoria econômica, o que inviabilizaria qualquer efeito nos “valores reais em nível regional”; a inexistência de instrumentos de política monetária passíveis de manipulação regional e, finalmente, o fato de que entre as regiões de um mesmo país haveria perfeita mobilidade de capital (RODRIGUEZ-FUENTES, 1998 *apud* CROCCO e CASTRO, 2004, p. 388).

Por outro lado, a abordagem keynesiana da moeda argumenta no sentido da não neutralidade porque a moeda afeta “motivações e comportamentos dos agentes econômicos, tanto no curto como no longo termo” (CARVALHO, 2006, p.29). O contra-argumento keynesiano em relação ao papel da moeda está concentrado nos conceitos de liquidez e incerteza. Numa economia baseada na produção de bens para terceiros cuja aquisição leva a geração de riqueza dos produtores não está assegurado *ex-ante* o êxito destes. A possibilidade de malogro quanto as decisões de investir estimula o acúmulo de riqueza na forma de ativos de maior conversibilidade (capacidade de se transformar em outro ativo), sendo a moeda o tipo de ativo que mais garante essa possibilidade (CARVALHO, 2006). Observe-se que até este ponto concentrou-se na controvérsia entre a análise monetária de cunho neoclássico e a abordagem keynesiana.

A literatura que procura conjugar as discussões sobre moeda e a questão regional é de cunho mais recente. Introduzindo o conceito de liquidez dentro da abordagem espacial, Dow (1982, 1987) procura compreender as diferentes trajetórias de desenvolvimento num modelo no qual o sistema financeiro afeta o lado real da economia impulsionando através de efeitos cumulativos círculos viciosos em regiões “atrasadas”.

O modelo desenvolvido por Dow pressupõe a existência de duas regiões, o centro e a periferia, cada qual com características distintas. A região central se notabilizaria por apresentar uma estrutura mais sofisticada tanto em relação ao mercado produtivo quanto ao sistema financeiro, sendo inclusive a sede das principais organizações desses setores. A periferia, por sua vez, representaria a situação oposta, de modo que sua economia se caracterizaria por apresentar uma trajetória de crescimento instável, produção de baixo conteúdo tecnológico e com pouca sofisticação financeira (CROCCO e CASTRO, 2004).

A associação dessas características aos conceitos relativos à moeda dentro da abordagem pós-keynesiana distingue o comportamento dos agentes, que geram resultados explicativos quanto ao papel das finanças na determinação da trajetória de desenvolvimento regional. No caso da periferia, o maior “risco de default dos empréstimos; a mudança da eficiência marginal do investimento para as empresas, que é afetada pela menor disponibilidade de empréstimos e maiores juros bancários; e a incerteza na obtenção de renda percebida pelo público”, todos esses elementos vinculados ao comportamento errático

dessas economias resultariam numa maior preferência pela liquidez nessas regiões (MENEZES *et al.* 2007).

A opção por liquidez dos agentes locais teria como consequência uma proporção maior de depósitos à vista, que por sua vez, implicaria numa redução dos prazos dos empréstimos pelos bancos a fim de ajustar ativos e passivos. Do ponto de vista do desenvolvimento, o principal efeito seria a ausência de recursos de longo prazo, portanto, impondo um limite a expansão dos investimentos na periferia. Ademais, os riscos envolvidos nessas economias também reduziria os empréstimos dos bancos nacionais para essas regiões, observando que o *locus* estratégico das decisões financeiras concentra-se nas regiões centrais (AMADO, 1999).

Observe-se que a menor preferência pela liquidez no centro se traduz em demanda por ativos menos líquidos, que deve ser acompanhada por um aumento da oferta, com redução na oferta de crédito na região periférica. Mesmo o deslocamento de recursos das regiões centrais para periferia não significaria necessariamente que a oferta de crédito aumentaria, tendo em vista que, esses mesmos recursos poderiam voltar ao centro seja em busca dos ativos financeiros mais rentáveis, seja na forma de aquisição de “insumos do centro para a produção da periferia” (MENEZES *et al.*, 2007; AMADO, 1999).

Martin (1999) utiliza o conceito de “circuito geográfico da moeda” para caracterizar o fato de que a hierarquia urbana determina uma hierarquia financeira. Outro conceito ligado ao espaço que aparece nessa literatura denomina-se “geografia institucional do sistema financeiro”, que busca as implicações da constituição da estrutura financeira de um país tendo em vista a presença ou não de bancos regionais. Nesse caso, supõe-se que bancos locais-regionais tenderiam a ser mais comprometidos com suas economias, não apenas por uma suposta conjugação de interesses, mas, sobretudo, por ter acesso direto às informações. Os bancos nacionais apresentariam maior dificuldade em obtê-las e sofreriam de ruídos de comunicação, portanto, estariam menos dispostos a expansão do crédito nas economias periféricas (MENEZES *et al.*, 2007).

O processo de causação circular cumulativa dos círculos viciosos das economias periféricas resulta em dois tipos de intervenção propostos por Dow (1990): políticas monetárias regionalmente distintas e intervenção do Estado na configuração do sistema financeiro com a constituição de bancos públicos regionais, administrados por essas regiões, tendo por trás um projeto de planejamento (AMADO, 1999).

Em resumo, o que essa literatura procura apontar é que a moeda não é neutra e por isso tende a determinante na configuração do espaço e na dinâmica econômica das regiões, considerando que a debilidade do sistema financeiro é causa e não efeito da desigualdade regional.



### **3. CRÉDITO RURAL NO BRASIL**

#### **3.1. Breve histórico**

O processo de modernização da agricultura brasileira esteve assentado na política de crédito rural sob operação do Sistema Nacional de Crédito Rural, institucionalizado em 1965, que levou a um aumento na participação do crédito rural no total do crédito destinado a investimentos. Os dados apontam que essa participação partiu de 29% em 1964 para 71% em 1968. Essa expansão permitiu a transformação da base técnica, o aumento da produtividade com a consolidação dos complexos agroindustriais, e ainda, levou à integração do capital agrícola com o sistema financeiro (LEITE, 2001; GIMENES *et al.*, 2008).

A partir da década de 1980, o papel do crédito agrícola passa a ser reavaliado, criticava-se sua eficiência quanto aos efeitos sobre a produção agrária, soma-se a isso a crise financeira do Estado que leva inicialmente a uma redução dos financiamentos mas que resultará a partir de 1984 no fim dos subsídios (GRYZAGORIDIS; FERREIRA, 2008).

A década de 1990 leva adiante a redução da participação do Estado no tocante ao financiamento das atividades produtivas porém marca a criação de novos instrumentos creditícios comandadas pelo setor privado (LEITE, 2001). “A abertura da economia e a queda de barreiras à importação transformaram a agricultura e o agronegócio em segmentos afastados de qualquer política preferencial, em uma situação muito diferente daquela do período de modernização compulsória da agricultura” (BELIK e PAULILLO, 2001, p. 99).

Nesse período, na ausência de política específica, o pequeno produtor disputava recursos com os grande proprietários, numa luta cuja derrota estava previamente estabelecida. A única modalidade voltada especificamente a pequena propriedade existente destinava-se aos agricultores enquadrados no Programa de Reforma Agrária (SOUZA; CAUME, 2008).

Mas é em meados da década de 1990 que institucionalizasse uma modalidade de crédito ainda inédita no Brasil com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. A emergência resulta do amadurecimento de reivindicações de movimento sociais diversos associada à pressão de organismos internacionais, como Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BASTOS, 2006 *apud* MACIEL, 2009).

Nessa breve trajetória delineada até aqui é possível perceber que o padrão de financiamento está devidamente atrelado ao modelo de desenvolvimento vigente. De meados da década de 1960 até a crise financeira do Estado em meados da década de 1980, a economia brasileira estava diante um significativo processo de crescimento

econômico, no qual o papel da agricultura era determinante para gerar os resultados referentes a obtenção de divisas. A seguir, o desenvolvimento deixa de ser prioridade tendo em vista a situação fiscal e o processo inflacionário em curso. Nos anos que seguem o ideário liberal domina o cenário econômico transferindo para o setor privado algumas das funções desempenhadas pelo Estado durante a construção do Brasil moderno.

É nessa perspectiva que a seguir analisa-se o desempenho do crédito rural no período de 2000 à 2009. A partir dos resultados analisados pretende-se compreender que tipo de produção tem sido favorecida pelo padrão de financiamento vigente. Essa análise será feita através dos dados obtidos no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central (BACEN) para financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, excluindo-se, portanto, as linhas de crédito destinadas à agricultura familiar.

### 3.2. Análise dos dados

A primeira observação a ser feita quanto ao crédito rural no período analisado é a respeito de sua expansão (TABELA 1). O crescimento médio gira em torno de 10% ao ano. Quando comparado a média em valores constantes entre os dez últimos anos e a década anterior percebe-se a evolução do montante de recursos. Entre 1990 e 1999, a média é de 27,6 bilhões anuais, no período seguinte o valor médio passa a girar em torno de 50 bilhões ao ano.

**Tabela 1 – Recursos destinados ao Crédito Rural (2000-2009), Brasil**

Ano	Valores Constantes (R\$ bi)	Variação Anual (%)
2000	29,7	2,8
2001	35,1	18,0
2001	38,7	10,2
2003	43,6	12,9
2004	51,9	18,9
2005	50,8	-2,1
2006	52,1	2,5
2007	57,9	11,3
2008	67,3	16,3
2009	75,2	11,6
Média	50,2	10,2

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN)

Deflator: IGI-DI - Índice médio anual

Na análise que pretende-se fazer neste trabalho duas questões merecem destaque: primeiro, uma visão sobre a oferta de crédito, ou seja, quem fornece esses recursos, o que permite perceber o grau de participação do setor público e a partir daí sua capacidade de

orientar as diretrizes dessa política; segundo, a quem se destina esses valores, os seus demandantes, o que por sua vez, indica quais os principais beneficiários da política de crédito rural.

No Brasil, a concessão do crédito rural se dá sob a forma de recursos “controlados” e não “controlados”. No primeiro caso, a fonte para o crédito rural provém de uma taxa obrigatória de 25% fixada pelo Banco Central sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais, dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e da Caderneta de Poupança Rural. As operações amparadas em “recursos controlados” estão sujeitas a encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Já nas operações amparadas em “recursos não controlados” os juros são livres. Portanto, quanto maior o volume de crédito sob a denominação “recursos controlados”, maior a participação do Estado nas condições de financiamento oferecidas aos produtores. Embora os encargos dos recursos dos Fundos Constitucionais não sejam fixados pelo CMN, cabe ressaltar que estes também dependem de decisões do poder público.

A Tabela 2 mostra que para todo o período os recursos destinados ao crédito rural estão predominantemente sob a tutela do Estado, concentrados basicamente nos Recursos Obrigatórios, FAT, Fundos Constitucionais e Poupança Rural. Embora com variações relativas ao longo do tempo percebe-se que para qualquer ano considerado a soma de suas participações totalizam mais de 70% do volume total de recursos, com exceção do ano de 2004, no qual o peso relativo dos Recursos do Tesouro mostra-se forte elevação, a propósito, discrepante quando analisada sua média entre 2000 e 2009. Portanto, no que diz respeito as condições dos financiamentos pode-se afirmar que são determinadas pela atuação estatal.

**Tabela 2 – Financiamentos Concedidos, Produtores e Cooperativas, Participação por Fonte de Recursos (2000-2009), Brasil**

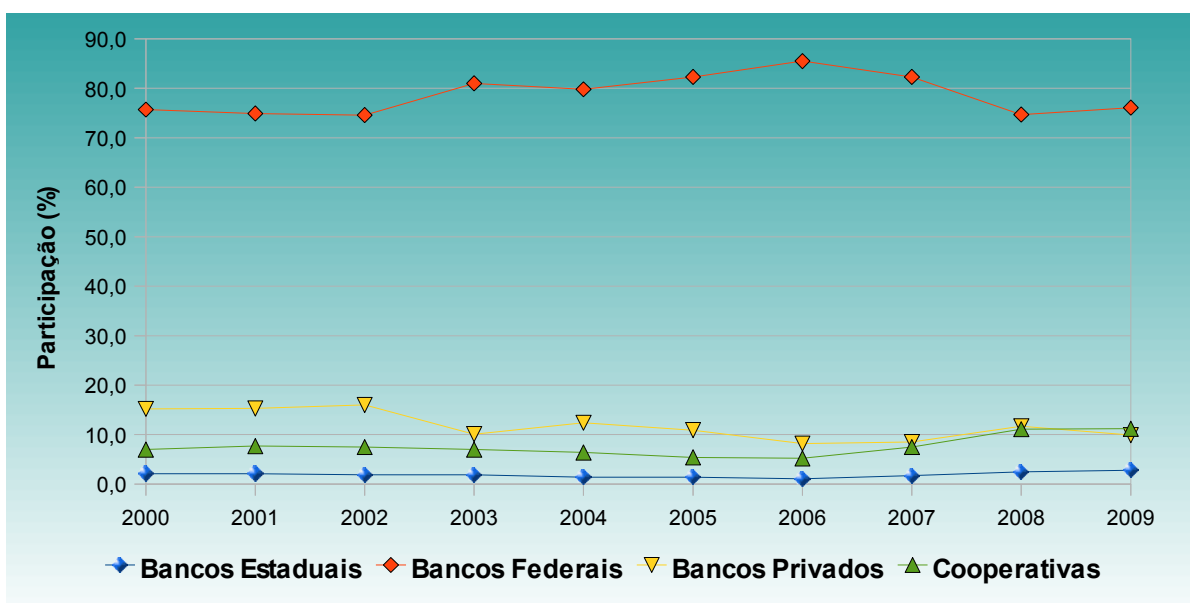
Fonte de Recursos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Tesouro	0,0	8,1	13,5	17,4	28,4	7,4	7,1	12,8	6,6	7,0
Obrigatórios	20,9	27,9	26,5	22,2	20,4	17,9	18,5	25,8	25,9	27,7
Poupança Rural	4,1	3,0	3,0	7,2	6,8	7,5	4,4	15,5	31,3	29,4
Livres	4,1	5,7	5,4	5,2	7,0	4,9	3,0	1,6	2,7	2,7
Fundos Constitucionais	11,1	7,3	6,5	8,6	18,0	39,8	43,7	31,3	26,8	28,2
FAT	53,1	43,2	41,3	36,0	15,4	19,4	21,0	10,6	3,4	1,5
Outras Fontes	6,7	4,8	1,8	3,4	4,0	3,1	2,3	2,4	3,3	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)

Outra medida que permite visualizar a atuação do setor público é a participação das diferentes instituições de crédito nos financiamentos, tanto no que diz respeito ao número de contratos firmados, quanto aos valores concedidos.

No Gráfico 1, verifica-se o predomínio dos Bancos Federais que em todo o período analisado concentra mais de 70% dos contratos firmados. Entre o início e o fim da década, os Bancos Privados apresentam uma tendência de redução na sua participação, que é compensada por uma expansão da atuação das Cooperativas. No entanto, é preciso complementar essa informação com os dados relativos à participação das instituições de crédito no volume de crédito concedido. O Gráfico 2 põem em evidência que os bancos oficiais federais respondem pela maior parcela no montante de financiamentos. Na média, ao setor público federal cabe pouco mais da metade dos valores liberados para o período. Por outro lado, chama atenção, que embora um pouco menor, a participação dos bancos privados não é desprezível, perfazendo quase 40% do total, em média, para todo o período.



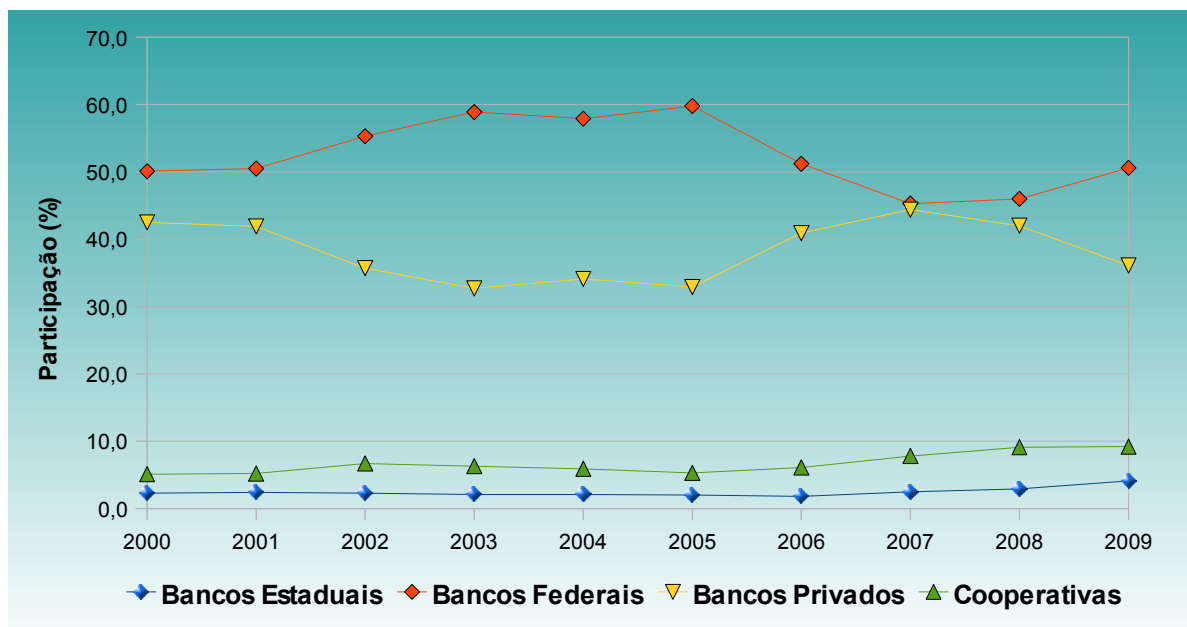
**Gráfico 1 - Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação por Tipo de Instituição, Total de Contratos (2000-2009), Brasil**

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)

A partir daí, é possível constatar que o crédito rural via Bancos Privados é muito mais concentrado – média de 12% dos contratos firmados para um volume de 38% dos financiamentos em montante de crédito, enquanto, os Bancos Federais apresentam médias de 79% e 53%, respectivamente. Esse parece ser um primeiro indício de como a dinâmica do mercado bancário privado é concentradora, o que na visão aqui defendida deve resvalar para o aprofundamento de desigualdades, e ao mesmo tempo, de como a intervenção do Estado pode ser fundamental para contrapor-se a essa tendência. Essas diferenças quanto

ao comportamento das distintas instituições de crédito se acentuam ao cruzarmos os dados sobre o tipo de banco e as finalidades do crédito rural (custeio, comercialização, investimento).



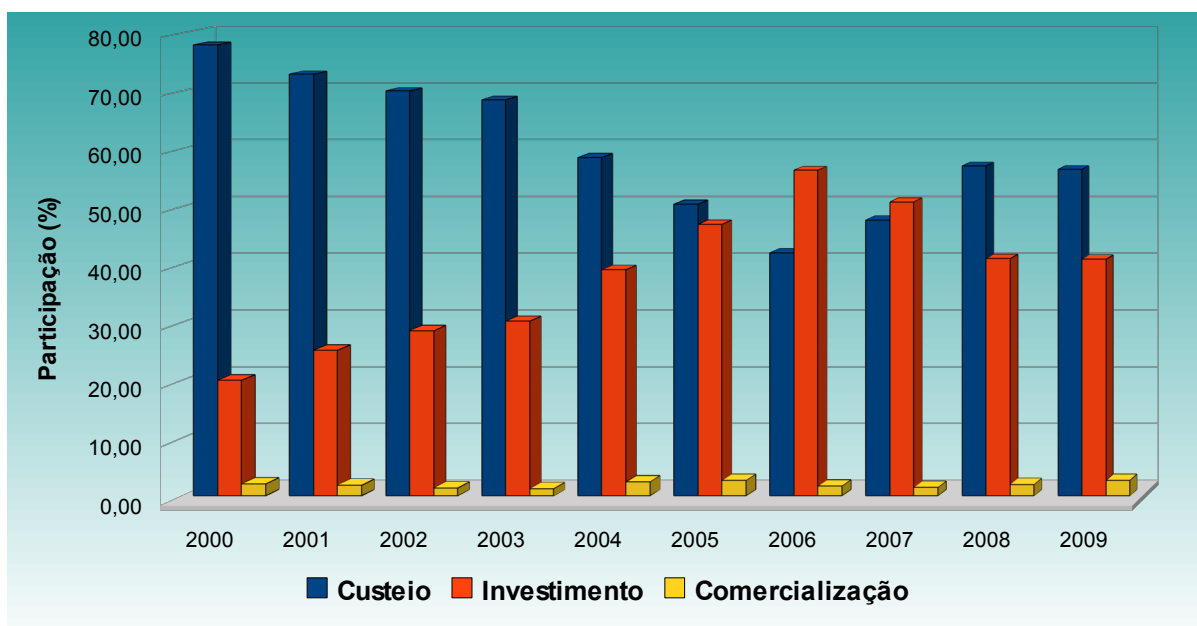
**Gráfico 2 - Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação por Tipo de Instituição, Valores Financiados (2000-2009), Brasil**

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)

Antes disso, porém, é preciso esclarecer que na sua totalidade a maior parte do crédito rural, segundo os dados do BC, são destinados às despesas relativas à custeio (ciclo produtivo) e comercialização (pós-produção). De acordo com o BACEN, entre 2000 e 2009, esses gastos tem uma participação de 78% no total de créditos concedidos, de acordo com a Tabela 3. Esse comportamento desagregado permite constatar qual a prioridade quanto à modernização da produção agropecuária, tendo em vista que são os recursos referentes ao investimento que permitem a expansão da competitividade através da aquisição de máquinas e equipamentos, por exemplo.

O Gráfico 3 ilustra que os contratos destinados a investimento apresentaram um crescimento contínuo entre 2000 e 2006, nesse último ano chegando a representar mais da metade do total. Nos últimos anos, esse percentual diminuiu porém permanece em níveis elevados se compararmos os valores do início da década. Na média, os investimentos representam 38%, os gastos de custeio correspondem a 60% e o crédito para comercialização totalizam apenas 2% dos contratos firmados. No entanto, essa se divisão se altera em relação aos créditos de investimento e comercialização quando medida em participação no montante financiado.



**Gráfico 3 – Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação por finalidade, Total de Contratos (2000-2009), Brasil**

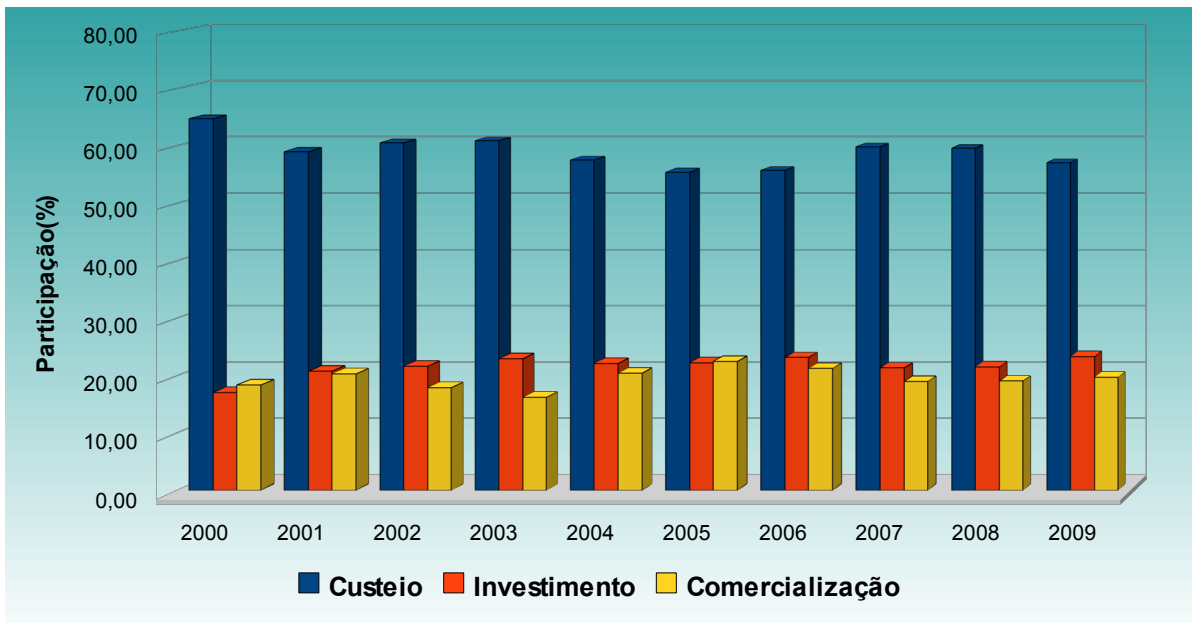
Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)

O peso relativo dos investimentos cai pela metade correspondendo a 21%, enquanto o crédito para comercialização equivale a 19% dos recursos totais (GRÁFICO 4). Ou seja, embora tenha aumentado o número relativo de contratos destinados ao investimento, essa expansão não veio acompanhada por um igual aumento relativo dos recursos.

Quando os dados referentes as instituições e finalidade do crédito são cruzados verifica-se que o crédito para investimento, por natureza, de prazo mais longo, concentra-se predominantemente nas instituições públicas. Embora representem quase 40% dos recursos gerais do crédito rural, os bancos privados quando analisados do ponto de vista dessa linha de crédito não chegam a somar 30% do total, em média, conforme Gráfico 5. A saber, esse resultado – maior participação do Estado nas linhas financiamento destinadas ao investimento, não é exclusiva do crédito rural no Brasil: apenas 22,7% de seus empréstimos dos bancos privados têm prazo superior a três anos (FOLHA, 2010a).

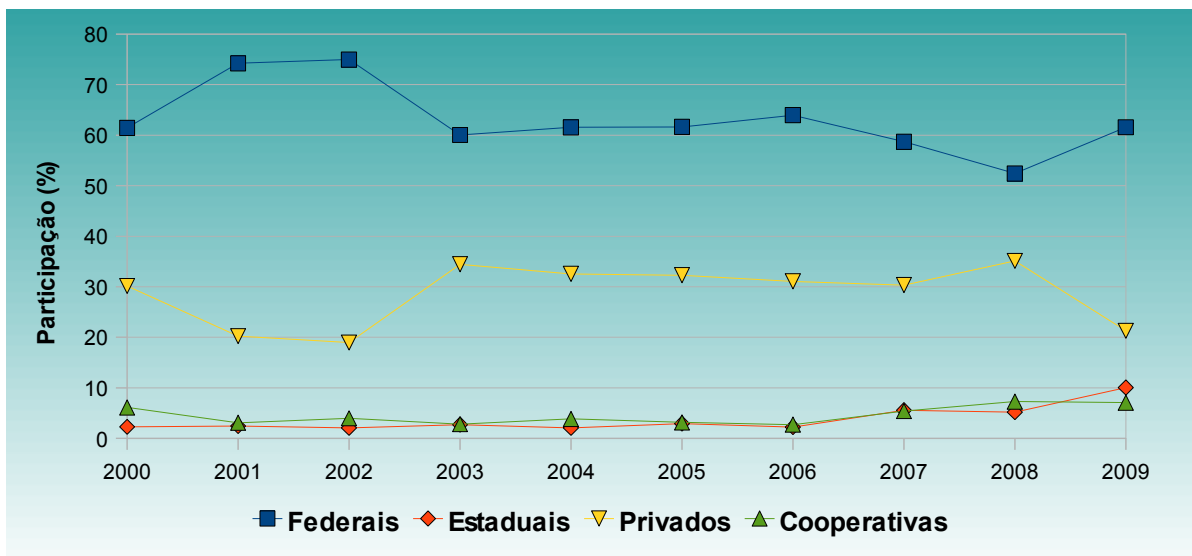
Os dados apresentados até este ponto confirmam nossa hipótese de que os agentes públicos são os principais responsáveis pelo fomento de crédito rural. A despeito do aumento no volume de recursos entre 2000 e 2009, o perfil quanto à oferta de crédito pouco se alterou. Os bancos oficiais federais que em 2000 tinha uma participação de 50,1%, em 2009, atingiram 50,6%. Nesse caso, apenas as cooperativas e o bancos estaduais apresentaram uma expansão mais significativa porém o montante de recursos movimentado por essas instituições corresponde a uma pequena parcela do volume geral.



**Gráfico 4 - Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação por finalidade, Valores Financiados (2000-2009), Brasil**

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)



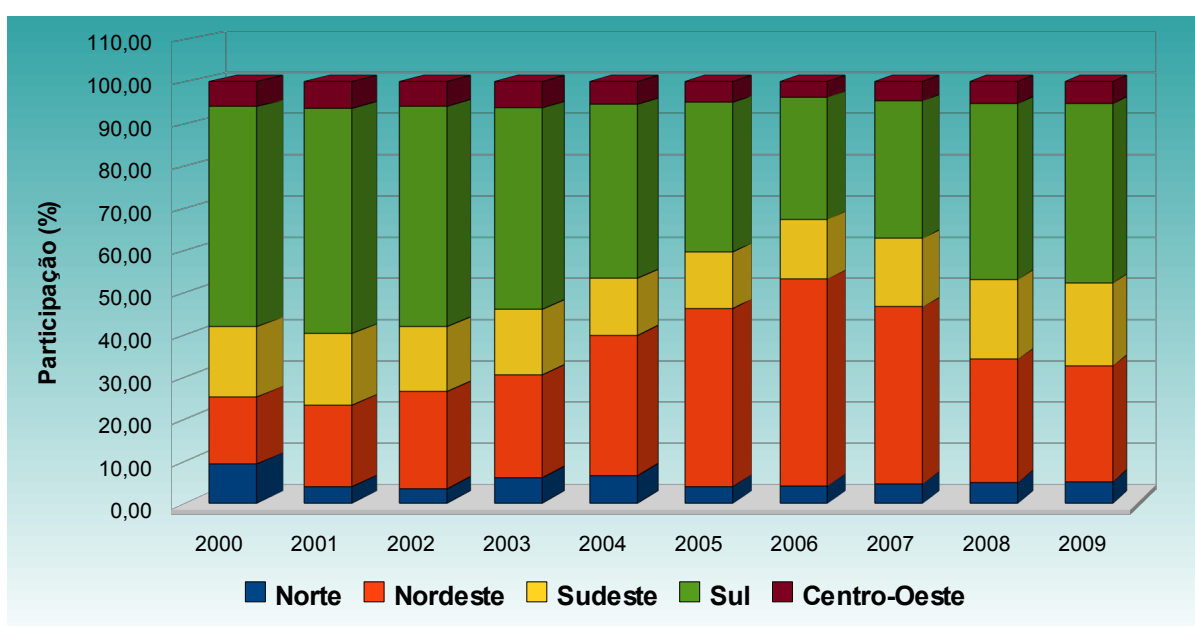
**Gráfico 5 - Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação por Tipo de Instituição, Finalidade Investimento, Valores Financiados (2000-2009), Brasil**

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)

À expansão dos recursos é preciso associar o destino desses financiamentos, ou seja, como se dá a distribuição dos recursos no país. O Gráfico 6 indica a distribuição de contratos por região. Percebe-se um comportamento que se alterna entre as regiões Nordeste e Sul. No período de 2001 a 2006, a participação da região nordestina apresenta

aumentos contínuos com redução do peso relativo da região Sul. Nos últimos três anos, a expansão dessa última ocorre com a queda do Nordeste. De qualquer modo, ante uma participação de 16% em 2000, os contratos firmados pelo Nordeste atingem uma média geral de 30% para todo o período. Cabe destacar ainda a região Norte do país, que no período apresenta um valor médio de 4,9% mas que em 2000 chegará a atingir 9,3% dos contratos. As variações nas demais regiões são de menor magnitude. No Sudeste, a média fica em torno de 16%, o mesmo valor para o início da década e o Centro-Oeste atinge um valor médio de pouco mais de 5% para um valor inicial de quase 6%. Portanto, a dinâmica do crédito rural quando analisado o percentual de contratos está concentrada nas regiões Nordeste e Sul do Brasil.



**Gráfico 6 - Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação das Regiões por Total de Contratos (2000-2009), Brasil**

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN

(%)

O aumento dos contratos destinados ao Nordeste poderia ser considerado um movimento alvissareiro pois sugeriria um estímulo à expansão econômica da região, que concentra a maior parcela de brasileiros de pobres no Brasil (IPEA, 2010). Além disso, é a região nordestina que detém a maior parcela da população em áreas rurais (TABELA 3).

**Tabela 3 – Distribuição da População Urbana e Rural por Região (2010), Brasil**

Região	População Urbana	População Rural
Norte	73,5	26,5
Nordeste	73,1	26,9
Sudeste	92,9	7,1

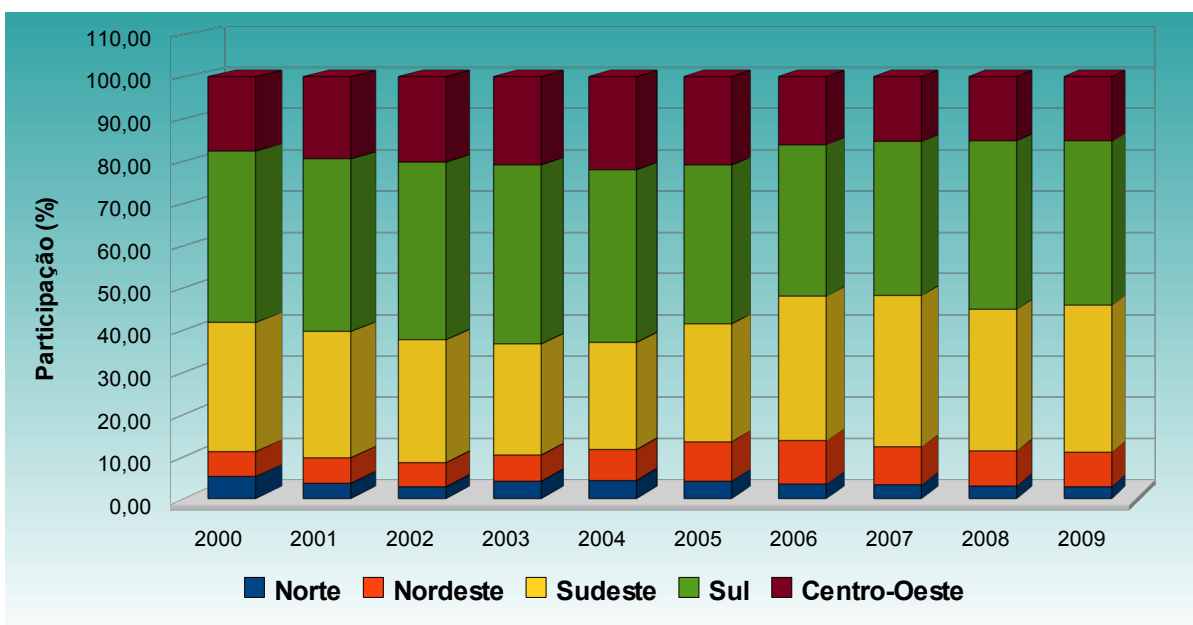


Sul	88,8	11,2
Centro	84,3	15,7
Brasil	84,4	15,6

Fonte: IBGE (%)

Essa maior participação do Nordeste também indicaria um movimento de desconcentração do crédito, já que indica um maior número de beneficiários. No entanto, essa constatação só pode ser real se a expansão no número de contratos tiver sido acompanhado por um aumento dos recursos destinados à região.

O Gráfico 7 revela a distribuição dos recursos por região. Os recursos tomados pelo Nordeste representam 6% do total em 2000, para todo o período atinge uma média de quase 8%, ainda que se considere o pico alcançado em 2006 revelaria-se insuficiente para responder ao crescimento do número de contratos, o que pode indicar uma redução média no valor dos financiamentos concedidos. O fato é que a região mais pobre e rural do país atinge 30% dos contratos ante um alcance de 7,6% do volume de recursos. Por outro lado, a região Sudeste atinge 16% das negociações para uma concentração de 31% do montante de crédito. O Centro-Oeste também pode ser considerada uma região concentradora, já que seus contratos totalizam apenas 5,3% para uma participação de 18% no que se refere aos recursos.



**Gráfico 7 - Financiamentos Concedidos Produtores e Cooperativas, Participação das Regiões por Valores Financiados (2000-2009), Brasil**

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico do Crédito Rural, BACEN (%)

## 4. CONCLUSÃO

Cabe destacar inicialmente que a nomenclatura crédito rural dado pelo BACEN está atrelada a ideia que o rural significa basicamente atividades agropecuárias. Portanto, em dissonância com os trabalhos mais recentes que destacam o surgimento de uma nova ruralidade.

Mesmo prevalecendo essa visão, a modalidade aqui analisada parece está longe de lograr um dos principais objetivos defendidos tanto por Graziano como por Veiga, a questão da desigualdade, basicamente porque a estrutura de crédito é concentradora.

Apesar da expansão do volume de recursos e mesmo de contratos, o que indicaria maior amplitude produtores beneficiados, estes financiamentos destinaram-se predominantemente para as regiões mais ricas do país. Apesar de ter sido percebida uma atuação significativa do Estado, esta não tem sido suficiente para alterar essa estrutura. A princípio, o Estado como garantidor dos bem-estar da população deveria promover políticas desconcentradoras. À concentração geográfica soma-se a concentração de recursos destinados ao financiamento de custeio e comercialização, com pouca participação da finalidade investimento, que poderia contribuir para a expansão da produção agropecuária.

A argumentação favorável a esse estado de coisas poderia contra-argumentar que essa concentração é resultado da capacidade produtiva das regiões. Mas a maior produtividade é que gera a centralização dos recursos em determinadas regiões ou é a existência de recursos financeiros abundantes que proporciona maior produtividade?

De qualquer forma, podem ser objeto de investigação posterior: se há ou não concentração quanto à produção dos bens e se esse perfil concentrador também se apresenta na modalidade agricultura familiar, nesse caso se haveria maior desconcentração em função de ser uma política operacionalizada integralmente pelo setor público.

O que parece claro através da análise específica desses dados é que as proposições defendidas por Graziano, Veiga e Ploeg não parece ser atendidas por esse quadro, portanto, exigindo maior discussão sobre a viabilidade dessas propostas ou, por outro lado, da sustentabilidade desse perfil dos financiamentos concedidos.

## 5. REFERÊNCIAS

AMADO, A. M. *Disparate Regional Development in Brazil: a monetary production approach*. Avebury : Aldershot, 1997

\_\_\_\_\_. A Questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: uma interpretação Pós-Keynesiana, Estudos Econômicos, vol. 27, n.2, 1998.

\_\_\_\_\_. Moeda, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual. In Lima,

G. T., Sicsu, J., & Paula, L. F., editores, *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Editora Campus, Rio de Janeiro. 1999

BACEN. Anuários Estatísticos do Crédito Rural. Disponíveis em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRLURAL>>

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: Leite, Sérgio (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

BRANDÃO, Carlos. A. . *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

CARVALHO, F. C. A Economia Keynesiana e economia moderna. In JAYME, Jr., F. G. & CROCCO, M., editors, *Moeda e Território: Uma Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira*. Autêntica, Belo Horizonte.2006

CROCCO,M; CASTRO, C. 2004. Moeda e Espaço no Brasil: um estudo de áreas selecionadas. *Revista de Economia Política*. Vol. 24, n. 3. p 386-403. São Paulo, 2004.

DOW, S.C. *The regional Composition of the Bank Multipler Process*. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 29, 1, p. 22-44, 1982

\_\_\_\_\_ *Money and Regional Development*. *Studies in Political Economy*, v. 23, 2, p. 73- 94, 1987

DOW S. C.; RODRIGUEZ-FUENTES, C.. Um *survey* da literatura de finanças regionais. In JAYME Jr., F. G. & CROCCO, M., editors, *Moeda e Território: Uma Interpretação da Dinâmica Regional Brasileira*. Autêntica Editora, Belo Horizonte.2006.

FERNANDES, B. M. .Agronegócio e Reforma Agrária. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária Gramado - RS. *Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre : UFRGS, 2004.

FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. Transformações estruturais da agricultura e a produtividade total dos fatores. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (Orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2001.

GRAZIANO DA SILVA J. O novo Rural Brasileiro. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte. v.7, nº 1, p.43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: GRAZIANO DA SILVA, J. *et alli*. José Graziano, Jean Marc e *Bianchini* debatem o Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: NEAD, 2001.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. P.; GOZER, I. C. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtos rurais. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, Acre, 2008.

GRYZAGORIDIS, O.B.; FERREIRA, L.R. Impactos do Crédito Rural no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, Acre, 2008.

IBGE– INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resultados do Censo 2010. Disponível em:<[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)> Acesso em: 20 dez. 2010

IPEA–INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. Dimensão, evolução e projeção da

pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicado. Rio de Janeiro, n. 58, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713\\_comunicado58.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf)> Acesso em: 22 nov. 2010.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Cuiabá, 2004.

LEITE, Sérgio. Padrão de Financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

MACIEL, I.S.R. Avaliação da Metodologia do Agroamigo em Caucaí – CE. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MARTIN, R. Money and the Space Economy, London: Wiley, 1999

MENEZES, M., CROCCO, M., SANCHES, E. & AMADO, A. Sistema Financeiro e Desenvolvimento Regional: Notas Exploratórias. In: Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro. Paula, L. F. d. & Oreiro, J. L. Rio de Janeiro, Elsevier-Campus, 2007.

O TAMANHO do Brasil. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 dez. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0112201002.htm>> Acesso em: 15 dez. 2010.

PACOTE de crédito de longo prazo sai hoje. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1512201028.htm>> Acesso em: 17 dez. 2010.

PLOEG, J. D. van der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

PONTE, Karina Furini. (Re) Pensando o conceito de rural. Revista Nera. São Paulo: UNESP. – v. 7, nº 4, p. 20 – 28, jan./jul., 2004.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco, Acre, 2008.

VEIGA, J. E. *Et alli*. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Nead. Brasília, 2001.

VEIGA, José Eli da. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, Ana Célia (org). Desenvolvimento em Debate - Seminário Internacional: Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo. Seminário “50 anos do BNDES”. Rio de Janeiro: Mauad/BNDES, 2002.